



CLIPPING



8 DE JULHO
DE 2021

COORDENADORIA DE IMPRENSA DO TJPA
(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 - coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

'RECICLAR MARITUBA'

Cooperativas e MPPA lançam projeto ambiental



Cooperativas buscam estabelecer novas parcerias por meio do projeto

EMANUELE CORRÊA
ESPECIAL PARA O LIBERAL

Marituba desenvolve a iniciativa "Recicla Marituba", fruto de uma parceria entre o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) e quatro cooperativas de reciclagem do município. O objetivo é incentivar a reciclagem e engajar a sociedade civil na separação de resíduos sólidos, além do fortalecimento das cooperativas. Fazem parte do projeto as cooperativas: Cooptacamar, Cocamavel, Cocamar e Acarema.

"Buscamos fortalecer a atuação das cooperativas do município e também tomar o compromisso dos principais geradores de se adequarem à necessidade de implantação

de um plano de gerenciamento de resíduos sólidos, isto envolve a participação de empresas e condomínios residenciais" disse a procuradora de justiça Eliane Moreira.

As cooperativas Acarema e Cocamar arrecadam por mês 15 toneladas de lixos recicláveis. Do que é recebido e coletado, são retirados 15 tipos de produtos que passam por triagem e posteriormente são levados para empresas que compram o material reciclado. "Estamos abertos as parcerias. Recebemos do metal ao plásticos, do vidro ao papel, entre outros. Recebemos 15 toneladas por mês, do que é comercializado. Ainda tem os rejeitos, que somando dá quase 20 toneladas" disse Otoniel Moraes, diretor presidente da Cocamar.

As cooperativas Acarema e Cocamar arrecadam por mês 15 toneladas de lixos recicláveis

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Otoniel enfatizou a importância da consciência sobre o que se produz e sua destinação, bem como sobre a relevância de cada cooperativa na sociedade: "O Recicla Marituba hoje é sobre conscientizar a população para que ela faça a sua triagem, separe e entregue as cooperativas os seus resíduos. Porque as cooperativas sobrevivem da cadeia produtiva da reciclagem. Nós acabamos ajudando não só Marituba, mas a Região Metropolitana de Belém. Somos exemplo de conscientização ambiental".

ENGAJAMENTO

Quem trabalha diretamente com a triagem dos materiais coletados, como a Rosa Magno, que há 5 anos

tira o sustento da família da reciclagem, sabe que o engajamento da população moradora de Marituba e empresariado da área, é importante. "Eu acho importante quando as pessoas chegam com a sacolinha toda separadinha. Tem gente que ainda mistura, não tem consciência, mas tem pessoas que fazem a sua parte. A gente dá exemplo a sociedade e empresas sobre sustentabilidade", disse Rosa.

VEJA MAIS

Use um leitor de QR Code para saber mais sobre a iniciativa.



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

DANOS AMBIENTAIS

MPPA faz recomendação a empresa de Paragominas

DA REDAÇÃO

O Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) expediu uma recomendação (Nº 002/2021) à empresa Florapac MDF LTDA por possíveis danos ambientais ao rio Uraim, que abastece o município de Paragominas. É investigado o vazamento de efluentes na etapa de lavagem de maquinários, escoando os fluidos diretamente para o solo, causando alteração das características naturais do rio. A promotora de Justiça Maria Cláudia Vitorino Gadelha, titular do 3º cargo da Promotoria de Paragominas, também recomendou providências à prefeitura de Paragominas, secretarias municipais de meio ambiente, educação e assistência social da cidade.

Após inspeção do Ministério Público na sede da empresa Florapac e adjacências, foi realizada uma perícia técnica em conjunto entre Centro de Perícias Científicas (CPC) Renato Chaves e Instituto Evandro Chagas (IEC), acompanhada da Divisão Especializada em Meio Ambiente da Polícia Civil (Demapa). "Verificou-se que há efluentes escoando diretamente para os rios Pratinha e Uraim, visivelmente causando alteração das características naturais destes", diz notado MPPA.

Os órgãos periciais orientaram à adoção de medidas urgentes para cessar dano ambiental permanente nocivo à saúde da população e ao

meio ambiente. A Promotoria de Paragominas recomendou que seja feita a paralisação total do lançamento de efluentes e agilidade nas medidas acerca das irregularidades da empresa para evitar maiores prejuízos ambientais. O prazo para cumprir as orientações é de 20 dias. Após esse período, devem ser encaminhadas informações sobre o acatamento das medidas e das providências adotadas.

De acordo com o MPPA, a empresa deve fornecer água potável para alunos e funcionários da Escola Municipal Presidente Castelo Branco e moradores do entorno do empreendimento, que utilizam poços freáticos, no raio de 3 km, até que possa ser comprovado a não existência de contaminação. A Florapac também deve apresentar documentos como projetos do sistema de drenagem pluvial e área de armazenagem de produtos químicos, entre outros laudos e comprovantes.

Ainda conforme a recomendação, a gestão municipal deverá fiscalizar permanentemente as atividades da Florapac e sinalizar os locais de contaminação ambiental para que a população evite manter contato. A assistência e remoção dos moradores do entorno da empresa e a transferência e/ou alocação dos alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Presidente Castelo Branco para outra unidade educacional ou outro imóvel adequado.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Empresa garante não poluir águas

Em nota, a empresa informou: "A Floraplac MDF LTDA, empresa com mais de 10 anos de atividades industriais pautadas no desenvolvimento de produtos de qualidade, responsabilidade socioambiental e na valorização profissional, esclarece que, ao contrário do que informado e recomendado pelo Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), a empresa não realiza e nunca realizou qualquer lançamento de efluente industrial no meio ambiente". A empresa alega que conta com uma moderna estação de tratamento de

efluentes industriais e conclui dizendo: "Desde janeiro deste ano, quando iniciou o procedimento de fiscalização, a empresa vem colaborando com o Ministério Público e demais órgãos responsáveis, inclusive, com a apresentação de toda documentação solicitada pelo MPA. A recomendação encaminhada está sendo analisada pela empresa e dentro do prazo assinalado, será respondida com manifestação ao órgão responsável".

A reportagem tentou contato com a prefeitura de Paragominas, mas não obteve retorno. (Karoline Caldeira, estagiária, sob a supervisão de Victor Furtado, coordenador do Núcleo de Atualidades).

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Caravana Virtual aborda atuação estratégica do Centro de Inteligência

🕒 7 de julho de 2021 - 📄 Notícias do Judiciário / Agência CNJ de Notícias



A terceira edição da Caravana Virtual do Centro de Inteligência do Poder Judiciário, instituído pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), foi realizada nessa terça-feira (6/7) pelo [Tribunal de Justiça do Pará \(TJPA\)](#). O objetivo foi divulgar a implantação e as expectativas de atuação do Centro de Inteligência do TJPA, bem como oportunizar a reflexão sobre medidas preventivas e estratégicas que visem otimizar a gestão judiciária.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

O Tribunal paraense foi o terceiro a receber a Caravana Virtual, que já passou pelo Conselho de Justiça Federal (CJF) e pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). O evento, promovido em parceria com a Escola Judicial do Pará (EJPA), teve a presença de magistrados, magistradas, servidores, servidoras e de integrantes dos órgãos do sistema de Justiça.

A presidente do TJPA, desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro, ressaltou a importância do webinar. “A Caravana Virtual do Centro de Inteligência do Poder Judiciário do Conselho Nacional de Justiça visa divulgar, no sistema de Justiça Brasileiro, a nova forma de pensar a integração dos ramos do Poder Judiciário, a fim de subsidiar a tomada de decisão e a prestação do serviço jurisdicional, com base em dados objetivos, possibilitando a magistrados e servidores atuarem em busca do justo concreto, com especial resguardo da isonomia e da razoável duração do processo, que são asseguradas constitucionalmente como direitos fundamentais.”

A desembargadora destacou que tem a responsabilidade de ser integrante do Centro de Inteligência do Poder Judiciário desde março de 2021. “Seguindo a diretriz do Conselho Nacional de Justiça, o TJPA criou o Centro de Inteligência da Justiça Estadual do Pará, CIJEPA, nos termos da Resolução nº, 7, de 16 de junho de 2021, bem como estruturou a mencionada unidade e designou os respectivos membros, conforme as portarias nº. 2.146/2021 e nº. 2.147/2021, ambas de 28 de junho de 2021.”

Ela explicou que a missão institucional conferida ao CIJEPA será realizada pelos integrantes do grupo decisório, do grupo operacional, das coordenações de inteligência temática e do grupo de inteligência. “O grupo decisório é composto por mim, na condição de presidente do TJPA, pelo desembargador Ronaldo Marques Valle, vice-presidente, pela desembargadora Rosileide Maria da Costa Cunha, corregedora-geral de Justiça, e pela comissão gestora precedentes e ações coletivas.”

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

De acordo com Célia Pinheiro, o CIJEPA, inicialmente, contará com duas coordenações de inteligência temática: a Coordenação de Otimização de Prestação Jurisdicional com métodos de inovação e uso da tecnologia e a Coordenação de Prevenção e Solução Pré-Processual de Litígios. Os trabalhos de ambas as coordenações contarão com o apoio do grupo de inteligência, o qual é composto por 22 servidores e servidoras de diferentes unidades administrativas e judiciárias do Poder Judiciário paraense.

A presidente do TJPA afirmou que “o amplo leque de atuação do CIJEPA será concretizado no contexto de desmaterialização da justiça, eis que os grupos e coordenações mencionados funcionarão exclusivamente em ambiente on-line, valendo-se das ferramentais institucionais de integração com ênfase no estreitamento de laços entre magistrados e servidores que atuam em diversos graus de jurisdição e em diferentes bases territoriais, o que visa suplantar os desafios inerentes ao estado de dimensões continentais e de peculiaridades geográficas como é o estado do Pará”.

A desembargadora ressaltou que a implantação do Centro de Inteligência paraense reforça o compromisso de trabalho constante na realização do Plano de Gestão do biênio 2021-2023, “no qual há o especial destaque para o aprimoramento dos Processos Internos, emergindo o macrodesafio de Consolidação dos Sistemas de Precedentes Obrigatórios”. “A implantação do Centro de Inteligência contribui, portanto, para a execução do desafio, ao permitir o aprimoramento das ferramentas informatizadas para otimizar o gerenciamento e tratamento dos precedentes judiciais qualificados, em prol da redução do acúmulo de processos que envolve demandas de massa e litigância predatória.”

Experiências

A juíza federal da Seção de Minas Gerais, Vânia de Moraes, apresentou as experiências exitosas do Centro Nacional de Inteligência da Justiça Federal, no qual é integrante, a partir de seu contexto histórico, com base nas primeiras iniciativas ainda em 2012. A mediação da Caravana Virtual foi realizada pelo

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

secretário de Gestão Precedentes do Supremo Tribunal Federal (STF), Marcelo Marchiori, e pela juíza estadual do Pará, Kátia Parente Sena.

Na segunda mesa virtual “A atuação dos Centros de Inteligência para prevenção e solução pré-processual dos conflitos”, o juiz Agenor de Andrade, que apresentou a temática a partir da atuação da Comissão Sistêmica do TJPA para identificação das causas geradoras de litígios e tratamento de forma pré-processual dos conflitos. E o procurador estadual do Pará, José Henrique Araújo, abordou a reflexão sobre a desjudicialização.

Na última mesa virtual, foi abordada “A atuação dos Centros de Inteligência para dissipar divergência na interpretação de precedente qualificado (Tema 793 de Repercussão Geral do STF)”. A mesa foi formada pelo juiz Homero Lamarão Neto, que trouxe a reflexão acerca dos efeitos da tese firmada pelo STF ao julgar o tema 793 de Repercussão Geral, com suas possibilidades e expectativas.

Já a advogada Ágatha Santana refletiu sobre os instrumentos para dissipar divergência na interpretação e aplicação de precedente qualificado. Ainda nessa mesa, o juiz João Valério de Moura levou ao debate os instrumentos para prevenir e compor divergências de decisões judiciais e o solo fértil para fomento de medidas autocompositivas com a uniformização de entendimento via precedente qualificado.

Fonte: [TJPA](#)

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br